

Questões Finanças Públicas

5. A descentralização da tomada de decisão significa atribuir competências a diferentes níveis da administração pública. Ora, em Portugal os governadores civis distritais são nomeados pelo Governo da República, tendo certos poderes por delegação de competências. Neste caso estamos perante:

- ! **A.** Descentralização política;
- ! **B.** Desconcentração administrativa;
- ! **C.** Descentralização administrativa territorial;
- ! **D.** Descentralização administrativa funcional

9. Um determinado município contraiu um empréstimo bancário a 10 anos. Em relação ao mesmo, o município paga juros semestralmente e amortiza anualmente. Os juros pagos são classificados como despesa:

- ! **A.** Não efectiva;
- ! **B.** Autárquica;
- ! **C.** Corrente;
- ! **D.** De capital.

11. O Orçamento do Estado português inclui os orçamentos:

- ! **A.** Do Estado, da Administração Regional e da Administração Local;
- ! **B.** Da Administração Central e da Segurança Social;
- ! **C.** Do Estado;
- ! **D.** Do Estado e da Administração Local.

12. A legislação portuguesa respeitante ao equilíbrio orçamental define que o subsector Estado (serviços integrados) deve cumprir o conceito de equilíbrio:

- ! **A.** Do orçamento efectivo;
- ! **B.** Do orçamento primário;
- ! **C.** Do orçamento corrente;
- ! **D.** Do orçamento ordinário.

13. Um município apresentou o seu orçamento. De acordo com o mesmo, as despesas *correntes* serão de € 41,5 milhões e as despesas *de capital* serão de € 56,3 milhões. Esta classificação das despesas designa-se:

- ! **A.** Orgânica;
- ! **B.** Funcional;
- ! **C.** Por programas;
- ! **D.** Económica.

Questões Finanças Públicas

14. Devido à rejeição, pela Assembleia da República, da proposta de Orçamento do Estado (OE) apresentada pelo Governo, o OE não entrou em vigor no dia 1 de Janeiro. Nestes termos, até à aprovação do OE a realização de despesas pelos serviços públicos:

- ! **A.** Obedece à regra dos duodécimos;
- ! **B.** É cancelada;
- ! **C.** É decidida pelos dirigentes dos referidos serviços;
- ! **D.** É decidida pelo Ministro respectivo.

15. O Pacto de Estabilidade e Crescimento definiu um limite para o défice orçamental dos Estados Membros; acima do qual, em princípio, a Comissão Europeia considera que o défice orçamental é excessivo. Esse limite é o seguinte:

- ! **A.** 60% do Produto Interno Bruto;
- ! **B.** 5% do Produto Interno Bruto;
- ! **C.** 3% do Produto Interno Bruto;
- ! **D.** 2% do Produto Interno Bruto.

A grelha de resultados correctos é a seguinte:

1. D	2. A	3. C	4. D	5. C
6. A	7. C	8. A	9. C	10. D
11. B	12. B	13. D	14. A	15. C

Questões Finanças Públicas

9. O Estado, em sentido estrito, engloba os serviços integrados, ou seja, os serviços dotados de autonomia administrativa. Entende-se por *autonomia administrativa*:

- ! A. A capacidade de gerirem o orçamento de que dispõem;
- ! B. O facto de terem personalidade jurídica;
- ! C. A possibilidade de estabelecerem preços e taxas;
- ! D. O facto de terem uma chefia própria.

12. A organização do orçamento do Estado português (e não só) obedece a regras. Segundo a *regra da não consignação*:

- ! A. A totalidade das receitas deve financiar a totalidade das despesas;
- ! B. As receitas e as despesas devem ser apresentadas num único documento;
- ! C. As receitas e as despesas devem ser inscritas pelos seus valores brutos;
- ! D. O orçamento deve individualizar de forma suficiente as receitas e as despesas.

14. O conceito equilíbrio orçamental é susceptível de três grandes interpretações. Uma delas defende que o equilíbrio se verifica quando as receitas ordinárias são maiores ou, pelo menos, iguais às despesas ordinárias. Entende-se por *despesas ordinárias*:

- ! A. As que se verificam ocasionalmente;
- ! B. As que se repetem, orçamento após orçamento;
- ! C. As que visam amortizar empréstimos;
- ! D. As que estão associadas ao investimento público.

A grelha de resultados correctos é a seguinte:

1. C	2. C	3. D	4. A	5. D
6. B	7. C	8. B	9. A	10. D
11. C	12. A	13. D	14. B	15. B